

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

**3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA
JUIZ FEDERAL TITULAR Dr. ODILON ROMANO NETO
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO Dr. SÉRGIO BOCAYUVA DE OLIVEIRA DIAS**

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 07 até 10/04/2014, a correição ordinária presencial da 3ª Vara Federal de Volta Redonda, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Atentar para o cumprimento da Meta 1/2014 do CNJ, de julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
- 2) Buscar dar cumprimento à Meta 2, critérios 2009, 2010 e 2014, com 5, 6 e 36 processos, respectivamente, de modo especial aos processos com prazo de conclusão vencida apontados no relatório;
- 3) Buscar o cumprimento da Meta 4/2014 do CNJ: identificar e julgar ações de crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das distribuídas em 2012;
- 4) Retomar o andamento dos processos de verificação obrigatória apontados no relatório de correição;
- 5) Atentar para o andamento dos processos de verificação obrigatória apontados no relatório de correição, com prazo de conclusão vencida;
- 6) Retomar o andamento dos processos parados: sendo 70 há mais de 30 dias; 58 há mais de 60 dias e 374 (executivos fiscais) há mais de 121 dias;
- 7) Atentar para os processos relacionados no item suspensão condicional do processo;
- 8) Providenciar a etiqueta indicativa de que os processos encontram-se suspensos naqueles feitos indicados no item “suspensão” e nos demais com situação semelhante;

- 9) Providenciar a abertura da pasta de suspensão condicional da pena e do processo.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

Divisão dos processos finais pares e ímpares

- Conforme informado no questionário de autoinspeção: "...incumbe ao Juiz Titular o processamento dos feitos PARES e ao Juiz Substituto os feitos ÍMPARES..."
- **Titular:** atua desde 07/01/2014, com afastamento no dia 17/03/2014, para participar do pregão de remoção dos Juízes Federais e no dia 21/03/2014, para participar de evento junto ao CAE.
- **Substituto:** atua de 10/2012, com afastamento autorizado pelo período de 14 dias no primeiro semestre de 2013 e 4 dias no ano de 2014, todos para frequentar o curso de mestrado da FND/UFRJ.

ORGANIZAÇÃO - 16 SERVIDORES

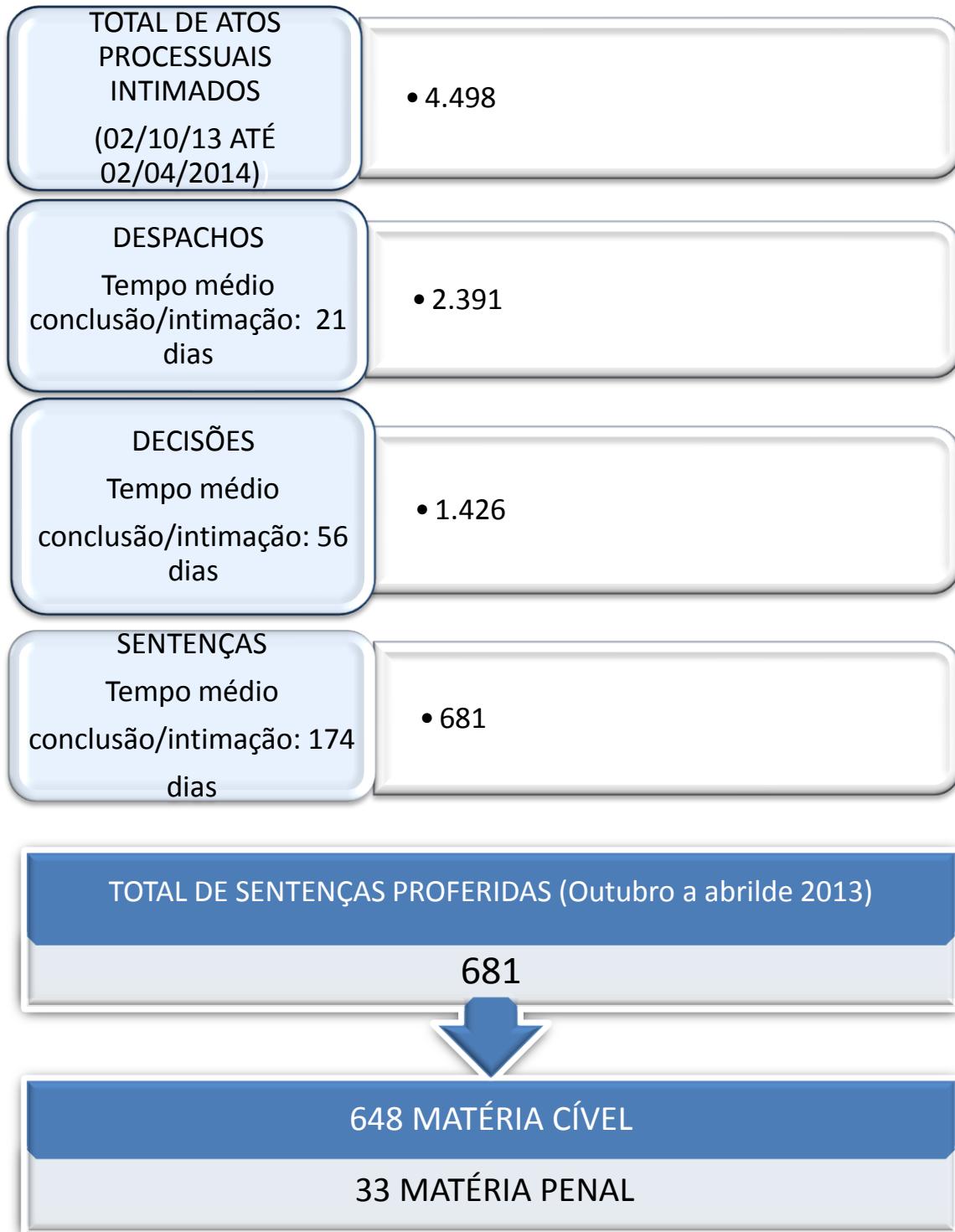
06 analistas judiciários	06 técnicos judiciários	01 técnico judic/informática	03 estagiários
--------------------------	-------------------------	------------------------------	----------------

ACERVO TOTAL (CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL E CRIMINAL)





Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1^a Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de abril.



LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

METAS DO CNJ

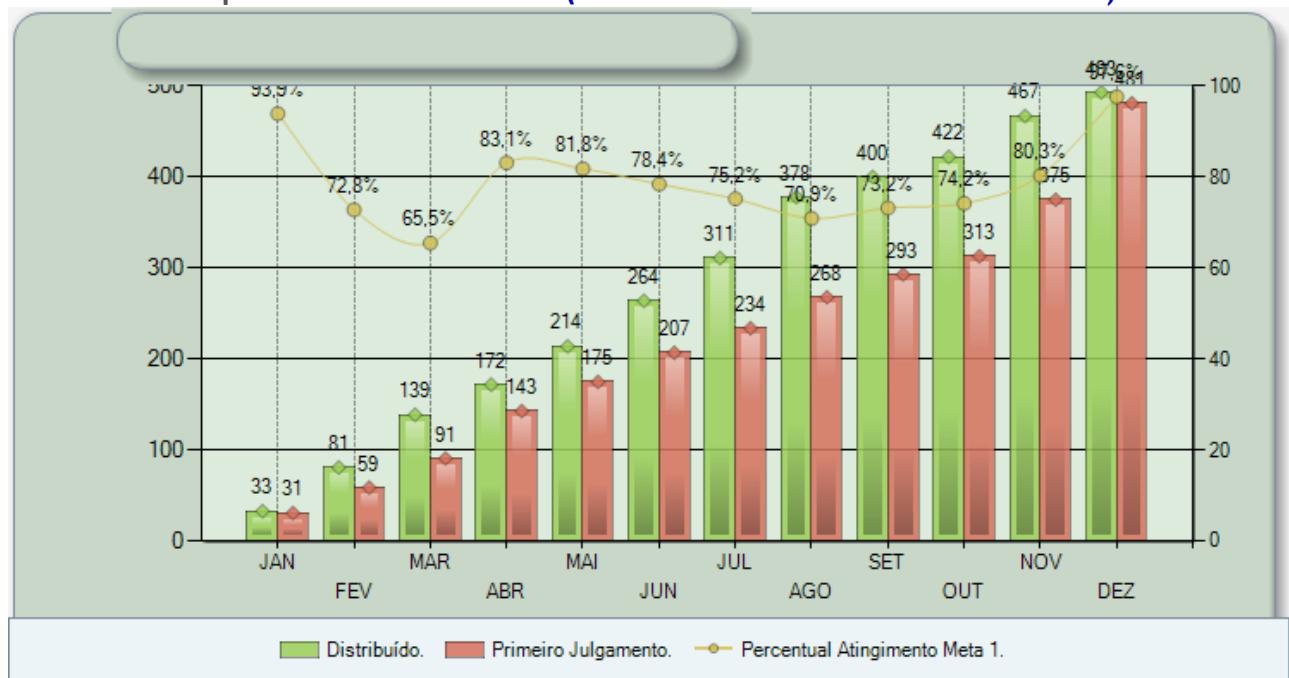
Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ano de 2013: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

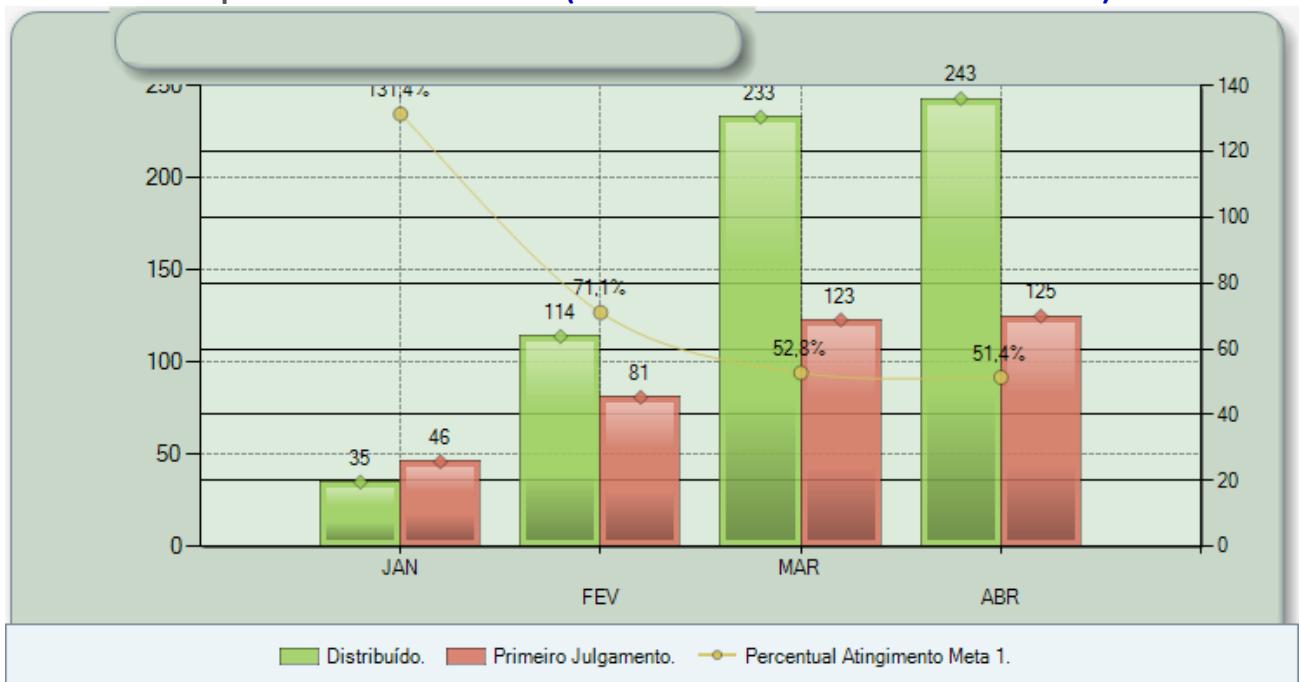
Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA)



Verifica-se pelo gráfico extraído do Portal de Estatísticas da 2ª Região que durante o ano de 2013 a meta 1 não foi cumprida.

Situação parcial - ano de 2014: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA)



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região, que nos 3 primeiros meses do presente ano, a quantidade de processos julgados está menor do que os distribuídos.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Terezinha de J. P. de Faria

II - META 2/2009

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2005.

Constam 5 processos incluídos nesta meta, a saber:

Dos processos analisados deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida:

- 1) **00027857820054025104** – **Ordinária/Previdenciária.** **Distribuição:** **08/08/2005.** **Suspensão por Outros – Fase Conhecimento, em 30/05/2012.** **Reativação de suspensão em 14/06/2013.** **Concluso para sentença em 05/07/2013;**
- 2) **00032404320054025104** – **Ação Popular.** **Distribuição:** **03/10/2005.** **Intimação de despacho em 18/12/2012.** **Concluso para sentença em 21/06/2013;**
- 3) **00016948920014025104** – **Ordinária/Outras.** **Distribuição:** **27/07/2001.** **Suspensão por Outros - Fase Conhecimento.** **Reativação de suspensão 02/05/2012.** **Concluso para sentença em 02/05/2012.**

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00016272720014025104 e 00008519020024025104.

III - META 2/2010

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2006.

Constam 6 processos incluídos nesta meta, a saber:

Dos processos analisados deve-se dar especial atenção ao seguinte, com prazo de conclusão vencida:

00000910520064025104 – **Ordinária/Imóveis.** **Distribuição:** **23/01/2006.** **Suspensão por Outros – Fase Conhecimento em 16/05/2011.**

Reativação de suspensão em 24/01/2014. Concluso para decisão em 24/01/2014.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00000573020064025104, 00015608620064025104 e
00009900320064025104.

Do total, constata-se a existência de uma ação penal incluída nesta meta, a saber:

-00007744220064025104: Distribuído: 11/05/06. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 11/05/06 e 26/06/06. Data do fato: último trimestre de 1996. Tipo: art. 171, §3º e art. 312 do CP. Último movimento: com minuta de sentença condenatória de 08/01/14, sob exame do Dr. Odilon. **Sem controle no sistema de prescrição penal.**

IV - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Constam 36 processos incluídos nesta meta, a saber:

Dos processos cíveis analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção ao seguinte, com prazo de conclusão vencida:

- 1) 00005272720074025104 – Embargos à Ação Monitória. Distribuição: 07/03/2007. Intimação de sentença convertendo em diligência 13/05/2013. Concluso para sentença em 05/07/2013;
- 2) 00030605620074025104 – Ordinária/Outras. Distribuição: 27/08/2007. Intimação de despacho em 10/11/2011. Concluso para sentença em 02/02/2012;
- 3) 00002914120084025104 – Embargos à Ação Monitória. Distribuição: 17/01/2008. Intimação de despacho em 03/08/2012. Concluso para sentença em 03/09/2012;

- 4) 00007330720084025104 - Embargos à Ação Monitória. Distribuição: 11/03/2008. Intimação de despacho em 28/06/2013. Concluso para decisão em 29/07/2013;
- 5) 00019707620084025104 – Ação Civil Pública. Distribuição: 14/07/2008. Concluso para sentença em 14/02/2013 (consta minuta de sentença, sem registro de publicação);
- 6) 00021205720084025104 – Ordinária/Imóveis. Distribuição: 28/07/2008. Intimação de despacho em 24/10/2012. Concluso para sentença em 07/01/2013 (consta minuta de sentença no sistema, sem registro de publicação);
- 7) 00024331820084025104 – Ordinária/Outras. Redistribuição: 26/08/2009. Concluso para sentença em 13/09/2013;
- 8) 00031887620074025104 e 00039003220084025104 – relatados em Meta 4/2014.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00021408220074025104,	00027773320074025104,
00034753920074025104,	00034866820074025104,
00000792020084025104,	00002905620084025104,
00026298520084025104,	00008249720084025104,
00009461320084025104,	00033832720084025104,
00041943120084025154,	00012657820084025104,
00012865420084025104.	

O processo nº 00029713320074025104 foi objeto de consulta no sistema Apolo, em razão de não estar disponível para análise, eis que se encontrava com remessa externa.

Foram consultadas as seis ações penais incluídas neste critério, com a seguinte descrição:

-00013775220054025104: Distribuído: 05/05/05. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 15/03/07 e 22/10/07. Data do fato: 13/04/01. Tipo: 171 § 3º CP. Último movimento: despacho de 28/02/14, publicado em 14/03/14, determinando intimação de Elso de P. Barroso para efetuar o pagamento. Com petição juntada do MPF de 26/02/14 requerendo revisão do benefício em caso de descumprimento ou o pagamento em parcela única. Com controle de prescrição lançado

no sistema e efetuado nos autos, com etiqueta na capa e certidão nos autos e na contracapa.

-00001084120064025104: Distribuído: 24/01/06. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 24/01/06 e 29/01/07. Data do fato: entre junho de 2002 e outubro de 2004. Tipo: art. 168-A da Lei 8.212/91. Último movimento: **conclusão para sentença em 15/08/13.**

Sem controle no sistema de prescrição penal e nos autos.

-00016985320064025104: Distribuído: 29/08/06. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 29/08/06 e 13/06/07. Data do fato: 14/05/02. Tipo: estelionato e outras fraudes contra previdência. Último movimento: despacho de 12/02/14, com registro no sistema em 14/02/14, determinando a intimação do réu para audiência designada no dia 02/04/14. Assentada nos autos. Com controle de prescrição lançado no sistema e efetuado nos autos, com etiqueta na capa e certidão nos autos e na contracapa.

-00021384920064025104: Distribuído: 06/11/06. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 06/11/06 e 09/02/07. Tipo: Art. 337-A e Lei 8.212/91. Último movimento: **conclusão para sentença de 03/06/13. Sem controle no sistema de prescrição penal.**

-00024242720064025104: Distribuído: 04/12/06. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 01/12/06 e 05/03/07. Data do fato: 11/06/04. Tipo: Art. 337-A e Lei 8.212/91. Último movimento: despacho de 01/04/14 determinando intimação do MPF e DPU e designando AIJ para 11/06/14. Com controle de prescrição lançado no sistema indicando a data de 05/03/11 e efetuado nos autos, com etiqueta na capa e certidão nos autos e na contracapa. **Os autos não foram consultados por se encontrarem com carga para o MPF.**

-00021347520074025104: Distribuído: 20/06/07. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 09/06/07 e 06/11/07. Tipo: Art. 171 § 3º CP. Último movimento: despacho de 28/02/14, registrado no sistema em 18/03/14, abrindo vista ao MPF para manifestação acerca da resposta de fls. e, se for o caso, ratifique a proposta de suspensão do processo. **Sem controle no sistema de prescrição penal. Os autos não foram consultados por se encontrarem com carga para o MPF.**

-00006684620074025104: Distribuído: 22/03/07. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 04/07/07 e 14/11/07. Data do fato: 15/03/07. Tipo: Art. 171 § 3º e art. 149, ambos do CP. Último movimento: certidão de 22/01/14 informando que foram redesignadas para 01/04/14 as AIJs referentes à carta precatória. Com controle de prescrição lançado no sistema indicando a data de 14/11/11 e efetuado nos autos, com etiqueta na capa e certidão nos autos e na contracapa.

-00022066220074025104: Distribuído: 25/06/07. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 16/06/08 e 23/10/08. Data do fato: 18/10/08. Tipo: Art. 334, alínea d, do CP. Último movimento: decisão de 28/03/14, publicada em 02/04/14, determinando dentre outros a intimação das testemunhas arroladas e expedição de Carta Precatória. Com controle de prescrição lançado no sistema indicando a data de 23/10/12 e efetuado nos autos, com etiqueta na capa e certidão nos autos e na contracapa.

-00034701720074025104: Distribuído: 05/10/07. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 05/10/07 e 05/12/07. Data do fato: 24/05/01. Tipo: Art. 1º ao 3º da Lei 8.137/90 e art. 1º da Lei 4.729/65). Último movimento: despacho de 17/03/14, registrado no sistema em 19/03/14. Com controle de prescrição lançado no sistema. **Os autos não foram consultados por se encontrarem com carga para o MPF.**

Cabe destacar que dos 32 processos cíveis incluídos na Meta2 consultados, 22 encontram-se conclusos para sentença, as quais quando publicadas resultará em uma redução no acervo dos processos incluídos nesta Meta.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Terezinha de J. P. de Faria e Viviane M. Nielsen

V - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

07 processos

Dos processos consultados deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida:

- 1) 00030868320094025104 – Distribuição: 16/10/2009. Concluso para sentença em 03/05/2013;
- 2) 00039003220084025104 – Distribuição: 11/12/2008. Concluso para sentença em 03/09/2012 (relatado em Meta 2/2014);
- 3) 00031887620074025104 – Distribuição: 06/09/2007. Concluso para sentença em 03/07/2012 (relatado em Meta 2/2014).

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00034866820074025104, 00015015920104025104,
00014293820114025104 e 00015608620064025104.

AÇÕES ORDINÁRIAS

Não há dados a relatar.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Terezinha de J. P. de Faria

AÇÕES PENais RELACIONADAS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Do universo de 28 (vinte e oito) processos insertos na meta 4, referentes a crimes praticados contra a administração pública, foram consultados, por amostragem, 10 (dez) processos, todos apresentando etiquetas correspondentes a “Meta 4”, assim como etiqueta de controle de incidência de prescrição penal e, nos casos de suspensão pelo art. 89 da Lei 9.099 a etiqueta de suspensão correspondente.

Segue a descrição dos feitos consultados, ressaltando-se que todos encontram-se com seu andamento regular:

1)0003543-76.2013.4.02.5104. Tipo: art. 313-A do CP. Data do fato: 18/03/11. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 06/03/13 e 08/03/13. Último movimento: despacho de 27/04/14 para memoriais. Após ato ordinatório para intimar réu a apresentar memoriais em 04/04/14.

2)0026432-33.2013.4.02.5101. Tipo: art. 68 da Lei 9.608-98. Data do fato: 16/09/13. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 20/10/13 e 27/01/14. Último movimento: assentada de audiência realizada em 26/02/14 para suspensão condicional do processo. Suspenso pela Lei 9099.

- 3)0000173-60.2011.4.02.5104. Tipo: art. 355 caput do CP. Data do fato: 26/03/08. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 03/04/12 e 12/04/12. Último movimento: certidão de comparecimento de 11/03/14. Suspenso pela Lei 9.099.
- 4)0003841-68.2013.4.02.5104. Tipo: art. 334, alíneas c e d, do CP. Data do fato: 15/10/13. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 13/12/13 e 08/01/14. Último movimento: termo de comparecimento de 25/03/14. Suspenso pela Lei 9099.
- 5)0003518-63.2013.4.02.5104. Tipo: art. 334, § 1º, alíneas c e d, do CP. Data do fato: 14/02/13. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 15/05/13 e 13/06/13. Último movimento: certidão de termo de comparecimento. Suspenso pela Lei 9099.
- 6)0002914-10.2010.4.02.5104. Tipo: art. 334, § 1º, alíneas c e d, do CP. Data do fato: 01/09/10. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 08/10/10 e 14/06/11. Último movimento: certidão positiva de 10/12/13 de intimação de ciência das certidões da NADA CONSTA. Suspenso pela Lei 9099.
- 7)2010.51.04.000844-0. Tipo: art. 334, § 1º, alíneas c e d, do CP. Data do fato: 17/03/10. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 03/05/10 e 06/05/10. Último movimento: audiência de suspensão condicional do processo em 08/01/14. Suspenso pela Lei 9099.
- 8)0003701-34.2013.4.02.5104. Tipo: art. 334 do CP. Data do fato: 22/11/10. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 04/10/12 e 24/10/12. Último movimento: despacho determinando suspensão condicional pela Lei 9.099 conforme audiência realizada no juízo de São João de Meriti em 07/06/13. Suspenso pela Lei 9099.
- 9)0000632-62.2011.4.02.5104. Tipo: art. 334, § 1º, alíneas c e d, do CP. Data do fato: 22/03/11. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 15/06/12 e 28/06/12. Último movimento: certidão de comparecimento de 21/03/14. Suspenso pela Lei 9099.
- 10)0002803-26.2010.4.02.5104. Tipo: art. 334, § 1º, alíneas c e d, do CP. Data do fato: 01/09/10. Datas de oferecimento/recebimento da denúncia: 16/12/10 e 24/04/12 (acórdão). Último movimento: controle do comparecimento em janeiro 2014. Suspenso pela Lei 9099.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Viviane M. Nielsen

VI - META 5/2014

Reducir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

À vista de que ainda não foram disponibilizados no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013, quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em abril/2013 e abril/2014, a saber:

- Abril/2013: total de 1.988 processos de execução fiscal e 213 não-fiscal;
- Abril/2014: total de 1.937 processos de execução fiscal e 337 não-fiscal.

Verificando-se no período: uma redução de 2,56% em matéria fiscal e um aumento de 58,21% em matéria não-fiscal.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Terezinha de J. P. de Faria

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de abril/2014.

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

Não há dados a relatar.

AÇÃO POPULAR: 01 processo

Tal feito integra também a Meta 2/2009, o qual, conforme já relatado, encontra-se com prazo de conclusão vencida:

0003240-43.2005.4.02.5104 – Distribuição: 03/10/2005. Concluso para sentença em 21/06/2013, também incluído em Meta 2/2009.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA: 10 processos

Dos processos analisados deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida:

- 1) 0000711-07.2012.4.02.5104 – Redistribuição: 30/03/2012. Concluso para decisão em 14/03/2013. Juntada em 04/11/2013;
- 2) 0001336-41.2012.4.02.5104 – Distribuição: Concluso para sentença em 03/09/2012. Juntada 14/03/2013;
- 3) 0001970-76.2008.4.02.5104 – relatado em Meta 2/2014.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

0001265-78.2008.4.02.5104, 0000946-13.2008.4.02.5104, 0000670-74.2011.4.02.5104, 0022605-14.2013.4.02.5101, 0001035-60.2013.4.02.5104, 0004308-52.2010.4.02.5104 e 0009942-33.2013.4.02.5101.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:

Não há dados a relatar.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: 04 processos

Além dos processos incluídos na Meta 4/2014, do CNJ, constam 4 processos de improbidade administrativa, os quais foram consultados, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações:

0000274-29.2013.4.02.5104, 0003652-90.2013.4.02.5104, 0001597-11.2009.4.02.5104 e 0001731-96.2013.4.02.5104

AÇÃO CIVIL PÚBLICA A CLASSIFICAR:
02 processos

No mapa extraído do sistema Apolo constam 2 Ações classificadas na classe (6999). Cabe ressaltar, que os referidos processos foram verificados e apresentavam correto andamento:

- * 00015608620064025104, o qual integra a Meta 2/2010 e a Meta 4/2014, regularizada a classificação da ação para a classe 6006 em 04/04/2014;
- * 00016272720014025104, o qual integra a Meta 2/2009, regularizada a classificação da ação para a classe 6007, em 04/04/2014.

AÇÃO DE USUCAPIÃO:
07 processos

Dos processos consultados deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida:

- 1) **0001446-11.2010.4.02.5104** – Distribuição: 20/05/2010. Resultado de audiência realizada em 14/01/2013. Concluso para sentença em 01/03/2013;
- 2) **0002411-52.2011.4.02.5104** – Distribuição: 17/10/2011. Intimação de despacho em 25/02/2013. Concluso para sentença em 19/06/2013.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

0000084-71.2010.4.02.5104, 0003521-57.2009.4.02.5104, 0000851-90.2002.4.02.5104, 0002042-24.2012.4.02.5104 e 0021818-82.2013.4.02.5101.

**AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:
01 processo**

Não foram encontradas irregularidades na tramitação do processo nº 0031083-61.1997.4.02.5104.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE
POSSE:
05 processos**

Dos processos consultados deve-se dar especial atenção ao seguinte, com prazo de conclusão vencida:

0001773-19.2011.4.02.5104 – Distribuição: 16/08/2013. Intimação de decisão em 27/06/2013. Concluso para sentença em 02/09/2013.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

0000052-95.2012.4.02.5104, 0000458-82.2013.4.02.5104, 0002043-09.2012.4.02.5104 e 0000677-95.2013.4.02.5104.

OUTROS PROCESSOS:
1 Carta Precatória – Classe 8001 e
4 Cartas Precatórias Exec. Fiscal – Classe 8006

Classe 8001:

Não foram encontradas irregularidades na Carta Precatória nº 0000968-61.2014.4.02.5104.

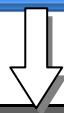
Classe 8006:

Não foram encontradas irregularidades nas Cartas Precatórias nºs 0000098-16.2014.4.02.5104, 0000366-70.2014.4.02.5104, 0000537-27.2014.4.02.5104 e 0000658-55.2014.4.02.5104.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Terezinha de J. P. de Faria

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CRIMINAL

HABEAS CORPUS



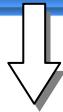
Conforme Mapa Estatístico, emitido em 02/04/14, não consta processo de Habeas Corpus em tramitação no Órgão Correicionalado.

PROCESSOS COM RÉU PRESO



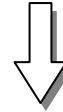
Segundo informação do responsável pelo setor criminal e de acordo com mapa Apolo-Excell consta um processo com réu preso, de nº 00037316920134025104, no acervo da vara, no entanto, encontra-se remetido a este Tribunal Regional Federal, em razão de recurso de apelação.

PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL



De acordo com o que foi relatado pelo responsável do setor criminal, não há processos com expedição de carta de execução de sentença penal na vara correicionada.

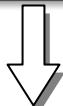
PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA (COM TRÂNSITO)



Segundo informações prestadas pelo responsável pelo setor criminal da vara existe um processo com sentença condenatória disponível, cujo detalhamento se segue:

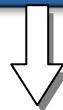
- 0001347-41.2010.4.02.5104: Distribuído: 12/05/10. Data do fato: 23/09/07. Datas do oferecimento/recebimento da denúncia: 15/05/10 e 09/07/10. Sentença de 15/05/13 com certidão de trânsito em julgado de 03/07/13. Após há decisão de 21/02/14, publicada em 27/02/14, declarando extinta a punibilidade com base no art. 107, IV do CP (prescrição).

EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



Nos termos das informações prestadas pela supervisora do setor criminal, não há processos com expedição e encaminhamento de BIC (boletim de informações cadastrais) no Juízo correicionado.

CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:

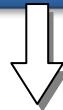


Foram analisados, por amostragem, dez processos distribuídos após 2010, data, a partir da qual, o controle de prescrição penal passou a ser exigida pelo CNJ e por este Tribunal Regional Federal. Escolhidos aleatoriamente, tendo sido constatado regular controle de incidência da prescrição penal, isto é, com a presença de etiqueta indicativa das datas de prescrição penal pela pena máxima e mínima na capa dos autos, assim como da certidão dentro dos autos e na contracapa.

Segue lista dos feitos consultados: 0003828-69.2013.4.02.5104, 2010.51.04.000429-9, 0001589-29.2012.4.02.5104, 0003576-66.2013.4.02.5104, 0002495-87.2010.4.02.5104, 0002240-76.2010.4.02.5154, 0001254-10.2012.4.02.5104, 0000078-64.2010.4.02.5104, 0000864-74.2011.4.02.5104 e 0002300-68.2011.4.02.5104.

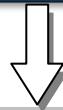
Além destes, o controlo de incidência de prescrição penal foi analisado nos processos incluídos no item: crimes contra a administração pública, conforme descrição específica.

RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



Com base nas informações prestadas pelo responsável pelo setor criminal do juízo correionado, não há processos com recolhimento de mandado de prisão.

CARTA PRECATÓRIA PENAL:



O mapa estatístico de processos distribuídos do mês de abril de 2014 informa existirem 4 (quatro) cartas precatórias penais em tramitação ajustada na vara. Foram consultadas as três cartas disponíveis na vara, todas com o andamento regular, apresentando a seguinte descrição:

- 1) 0000269-70.2014.4.02.5104: distribuída em 11/02/14. Despacho determinando intimação da testemunha de acusação de 12/02/14, publicado em 20/02/14, para audiência a ser realizada em 15/04/14. Consta certidão positiva de intimação de 29/03/14.

- 2) 0000788-45.2014.4.02.5104: distribuída em 25/03/14. Despacho determinando intimação de Márcio A. Teixeira de 26/03/14, publicado em 02/04/14, para audiência de interrogatório a ser realizada em 29/04/14. Consta posterior nomeação de perito em 03/04/14.
- 3) 0001066-46.2014.4.02.5104: distribuída em 31/03/14. Despacho determinando intimação de Milton F. Barbosa de 02/04/14, publicado em 02/04/14, para audiência a ser realizada em 24/04/14. Consta intimação positiva 04/04/14.
- 4) 0003905-78.2013.4.02.5104: distribuída em 18/12/13. Despacho determinando intimação de Luciano M. Da Cruz e Alexandre P. Soares de 18/12/14, publicado em 08/01/14, para audiência designada para o dia 26/03/14, redesignada após para 24/03/14 e posteriormente para o dia 27/03/14. Carta devolvida ao juízo deprecante em 04/04/14, processo baixado. O processo não foi consultado, por não se encontrar mais na vara.

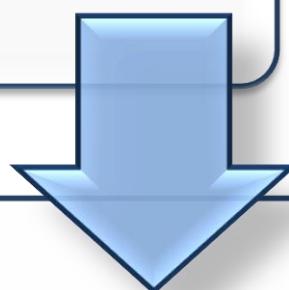
LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de abril, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

AUDIÊNCIAS

(De Outubro a Março/2014)

- ° **TOTAL - 45 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 21/10/2013 e a última de 27/03/2014



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- | | |
|-------------|------|
| ° Outubro | - 05 |
| ° Novembro | - 10 |
| ° Dezembro | - 05 |
| ° Janeiro | - 03 |
| ° Fevereiro | - 08 |
| ° Março | - 14 |

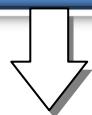
LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA



No questionário de autoinspeção foi informado um tempo médio de 3 dias para a análise das iniciais. Informou, ainda, que tal análise, atualmente, em razão do grande número de processos conclusos para sentença, está sob a responsabilidade da Secretaria, efetuada pelos servidores que trabalham no processamento em cada Setor, sendo as dúvidas dirimidas pelos Supervisores/Diretora.

Informações confirmadas na correição presencial.

Fone: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

BALCÃO DE ENTRADA

15 documentos, em 08/04/2014,
às 15:37 h

Sendo o mais antigo de 27/03/2014,
referente processo nº 0001720-
46.2013.4.02.5111

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



A análise da prevenção é feita no mesmo dia em que o processo é distribuído. O servidor responsável verifica se realmente ocorre a prevenção, se o processo encontra-se na Vara e dá andamento ao mesmo. Caso encontre-se arquivado, certifica-se nos autos e é elaborado despacho para desarquivamento. É dado também prazo às partes para que apresentem cópias da inicial e sentença.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO



P/DESPACHO:
há mais de 30 dias

- Matéria Cível - 64
- Matéria Penal - 00
- Execução Fiscal - 418

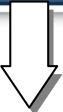
P/DECISÃO:
há mais de 60 dias

- Matéria Cível - 77
- Matéria Penal - 04
- Execução Fiscal - 102

P/SENTENÇA:
há mais de 180 dias

- Matéria Cível - 101
- Matéria Penal - 09
- Execução Fiscal - 00

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 110



Conforme mapa extraído do sistema Apolo, em 02/04/2014, os processos conclusos com prazo vencido estão assim distribuídos:

Despacho: 245 de final par e 237 de final ímpar;

Decisão: 95 de final par e 88 de final ímpar;

Sentença: 57 de final par e 53 de final ímpar.

Assim, foram consultados os processos que estavam conclusos por maior número de dias, a saber:

Conclusos para despacho:

- 00001958420124025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 07/01/2013 -450 dias;
- 00010567020124025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 07/01/2013 -450 dias;
- 00007746620114025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 05/02/013 - 421 dias;

- 00004882020134025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 07/06/2013 - 299 dias;
- 00010347520134025104 – Ordinária/Servidores Públicos. Concluso desde 18/07/2013 - 258 dias;
- 00000586820134025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 30/08/2013 - 215 dias;
- 00010653220124025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 04/09/2013 - 210 dias;
- 00019160820114025104 – Execução Fiscal Concluso desde 27/09/2013 - 187 dias. Consta minuta no sistema, sem registro de publicação.

O processo nº 00028567520084025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 29/07/2013 (247 dias). Teve o despacho intimado em 03/04/2014.

Conclusos para decisão:

- 00026840220094025104 – Execução Fiscal. Concluso desde 21/03/2012 - 742 dias;
- 00018142020104025104 – Ordinária/Outras. Concluso desde 01/10/2012 - 548 dias;
- 00012449720114025104 – Interdito Proibitório. Concluso desde 01/10/2012 - 548 dias;
- 00010786520114025104 – Ordinária/Previdenciária. Concluso desde 11/10/2012 - 538 dias. Consta minuta no sistema, sem registro de publicação;
- 00041341420084025104 – Ordinária/Imóveis. Concluso desde 11/10/2012 - 538 dias;
- 00035610520104025104 – Ordinária/Previdenciária. Concluso desde 26/10/2012 - 523 dias;
- 00016156620084025104 – Ordinária/Outras. Concluso desde 29/10/2012 - 520 dias.

Após a extração do mapa do sistema Apolo ocorreu a movimentação dos seguintes feitos:

00005339720084025104 – Ação Penal (254 dias) Concluso desde 22/07/2013. Intimação de decisão em 04/04/2014;

00017834420034025104 – Ação Penal. (105). Concluso desde 18/12/2013. Intimação de decisão em 04/04/2014;

00000618620144025104 – Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação). (72 dias). Concluso em 20/01/2014. Intimação de decisão em 04/04/2014;

00035515320134025104 – Ação Penal. (62 dias). Concluso desde 30/01/2014. Intimação da decisão em 07/04/2014.

Conclusos para sentença:

- 00030605620074025104 – Ordinária/Outras. Concluso desde 02/02/2012 - 790 dias;
 - 00016948920014025104 – Ordinária/Outras. Concluso desde 02/05/2012 - 700 dias;
 - 00032781620094025104 – Embargos à Execução. Concluso desde 02/05/2012 - 700 dias;
 - 00001889220124025104 – Ordinária/Outras. Concluso desde 03/05/2012 - 699 dias;
 - 00000134520124025154 – Ordinária/Previdenciária. Concluso desde 03/07/2012 - 638 dias;
 - 00031887620074025104 – Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa. Concluso desde 03/07/2012 - 638 dias;
 - 00017819320114025104 – Ordinária/Servidores Públicos. Concluso desde 02/08/2012 - 608 dias. Consta minuta no sistema, sem registro de publicação;
 - 00007544120124025104 – Ordinária/Outras. Concluso desde 02/08/2012 - 608 dias;
 - 00013364120124025104 – Ação Civil Pública. Concluso desde 03/09/2012 - 576 dias;
 - 00007744220064025104 – Ação Penal. (670 dias) Concluso desde 01/06/2012. Consta minuta no sistema, sem registro de publicação;
 - 00034208820074025104 – Ação Penal (449 dias). Concluso desde 08/01/2013;
 - 00000794920104025104 – Ação Penal (449 dias). Concluso desde 08/01/2013;
 - 00034809020094025104 – Ação Penal (364 dias). Concluso desde 03/04/2013;
- 00014054420104025104 – Ação Penal (306 dias). Concluso desde 31/05/2013.

Conforme informado pelo servidor responsável, a conclusão é feita mensalmente, gabinete realiza uma triagem nos processos: quando se trata de sentenças padrozinadas ou extintivas, estas são imediatamente elaboradas e processo sentenciado no próprio mês. Já nas sentenças com fundamentação individualizada, não padronizadas, é seguida a ordem cronológica de conclusão, obedecendo-se as prioridades legais e as metas.

Verificou-se os seguintes autos físicos distribuídos nos escaninhos, todos com conclusão aberta:

GAB – EMB. À EXEC – P 01:

2010.51.04.002769-0, 2010.51.11.001024-6, 2010.51.04.001667-8.

GAB. EMB. À E.F. – P 01

2010.51.04.000231-0 e 2011.51.04.000422-0.

GAB. PREV. TIPO A – P 01

2010.51.04.003054-7, 2010.51.04.003056-0, 2010.51.04.003051-1 e 2010.51.04.003059-6.

GAB. DECISÕES – P 02

2003.51.04.000067-8, 96.0060429-0, 2007.51.04.000842-7 e 2006.51.04.000892-7

O gabinete utiliza, ainda, os seguintes locais virtuais:

“G - Exceções de pré-executividade”, “GABINETE - AGUARDANDO AUDIÊNCIA”, “GABINETE - DECISÕES GERAIS”, “GABINETE - METAS DO CNJ PARA DECISÃO”, “GABINETE - METAS DO CNJ PARA SENTENÇA”, “GABINETE - PARA DECISÃO SANEADORA”, “GABINETE - PRIORIDADES LEGAIS PARA DECISÃO”, “GABINETE - PRIORIDADES LEGAIS PARA SENTENÇA”, “GABINETE - SENTENÇAS MÉRITO”, GABINETE - TUTELAS DE URGÊNCIA”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO :



ENTRE 31 E 60 DIAS:

- 70

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

- 58

Foram consultados, com base no mapa extraído do sistema Apolo em 02/04/2014, os processos que se encontravam sem movimentação por maior número de dias, a saber:

00015229820114025104 – Ordinária/Previdenciária (250 dias). Último movimento juntada em 26/07/2013;

00015187120124025154 – Ordinária/Tributária (250 dias). Último movimento aguardando atendimento em 30/07/2013;

00018283320084025117 – Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação (246 dias). Último movimento aguardando atendimento em 30/07/2013;

00025755120104025104 – Execução por Título Extrajudicial (184 dias). Último movimento intimação de despacho em 30/09/2013. Consta certidão de que foram apresentados Embargos de Terceiro, em 03/02/2014.

Após a extração do mapa do sistema Apolo ocorreu a movimentação dos seguintes feitos:

00006228620094025104 – Embargos à Ação Monitória (310 dias). Último movimento remessa interna em 27/05/2013. Intimação de sentença em 04/04/2014;

00004797320044025104 – Embargos à Ação Monitória (308 dias). Último movimento juntada em 29/05/2013. Intimação de decisão em 07/04/2014;

00002273120084025104 – Embargos à Ação Monitória (232 dias). Último movimento devolução de remessa em 13/08/2013. Intimação de despacho em 07/04/2014;

00024692120124025104 – Ordinária/Previdenciária (205 dias). Último movimento intimação de despacho em 09/09/2013. Concluso para decisão em 03/04/2014; 00002031320024025104 – Embargos à Execução (187 dias). Último movimento devolução de remessa em 27/09/2013. Baixa em 04/04/2014;

00017417720124025104 – Inquérito Policial. (85 dias), Intimação de decisão em 04/04/2014;

00038295420134025104 – Inquérito Policial (84 dias). Intimação de decisão em 04/04/2014;

00036234020134025104 – Inquérito Policial (77 dias). Intimação de decisão em 04/04/2014.

PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E 180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS - EXECUÇÃO FISCAL: 374



Foram consultados, com base no mapa extraído do sistema Apolo em 02/04/2014, os processos que se encontravam sem movimentação por maior número de dias, a saber:

00006581220014025104 – (273 dias). Intimação de despacho em 17/06/2013. Último movimento juntada em 03/07/2013. Consta certidão de publicação em 15/07/2013;

00013859220064025104 – (271 dias). Intimação de sentença em 21/06/2013. Último movimento juntada em 05/07/2013. Conta certidão de trânsito em julgado em 27/08/2013;

00025888420094025104 – (230 dias). Intimação de despacho em 19/11/2012. Último movimento juntada em 15/08/2013. Consta certidão de decurso de prazo em 08/10/2013.

00026323520114025104 – (230 dias). Intimação de despacho em 05/08/2013. Último movimento devolução de remessa em 15/08/2013. Consta certidão de decurso de prazo em 30/10/2013.

Após a extração do mapa do sistema Apolo ocorreu a movimentação dos seguintes feitos, todos com abertura de conclusão para despacho em 08/04/2014:

00018689320044025104 – (317 dias). Aguardando cumprimento de Carta Precatória. Último movimento juntada em 20/05/2013;

00028648120104025104 – (258 dias). Aguardando cumprimento de Carta Precatória. Último movimento juntada em 18/07/2013;

00005344320124025104 – (231 dias). Aguardando cumprimento de Carta Precatória. Último movimento juntada em 14/08/2013;

00006411020004025104 – (231 dias). Aguardando cumprimento de Carta Precatória. Último movimento juntada em 14/08/2013;

00007668920114025104 – (231 dias). Aguardando cumprimento de Carta Precatória. Último movimento juntada em 14/08/2013.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Terezinha de J. P. de Faria

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

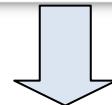
DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Físicos e virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,
EM 02/04/2014

• 27

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS



Foram verificados processos físicos que se encontravam nos seguintes escaninhos:

DEV. DE EXPED. – EF

2007.51.04.004012-8 – 02/04/2014;
2005.51.04.002408-4 – 02/04/2014;
2009.51.04.000712-2 – 18/02/2014;
2008.51.04.001511-4 – 18/02/2014.

AG. RESP. DE OFÍCIO – EF

0002232-07.2000.4.02.5104 – 04/02/2014

DEV. DE MAN/OFI

2008.51.04.003408-0 – 03/04/2014;
2005.51.04.000337-8 – 01/04/2014;
2004.51.04.002827-9 – 02/04/2014.

DEV. DE MANDADO

2010.51.04.001670-8 – 05/02/2014.

Locais Virtuais consultados em 09/04/2014, às 12:02 h:

Aguardando Devolução de Mandados/Ofícios/Cartas Precatórias

10 documentos, sendo o mais antigo de 24/03/2014, referente processo nº 0000907-40.2013.4.02.5104.

Aguardando Decurso de Prazo

144 documentos sendo o mais antigo de 27/02/2014, referente processo nº 0001288-58.2007.4.02.5104.

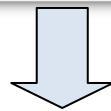
EF - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO: MANDADO/OFÍCIO

92 documentos, sendo o mais antigo de 28/01/2014, referente processo nº 0001016-35.2005.4.02.5104.

EF - CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS PARA CUMPRIMENTO

01 documento de 04/04/2014, referente processo nº 0000658-55.2014.4.02.5104.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS,
MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)



Foram verificados processos físicos que se encontravam nos seguintes escaninhos:

EXPEDIÇÕES DIV. – EF

2008.51.04.001388-9 – 27/01/2014;

2007.51.04.003607-1 – 02/12/2013;

2005.51.04.002759-0 – 30/01/2014.

EXPEDIR RPV/PRECAT.

2013.51.04.001323-0 – 17/03/2014;

00002482-20.2012.4.02.5104 – 13/03/2014;

2013.51.04.001338-1 – 14/03/2014.

AG. EXP. OFÍCIO

2009.51.04.003608-0 – 24/03/2014;
2009.51.04.003604-3 – 21/03/2014;
2012.51.04.000115-5 – 27/03/2014;
2004.51.04.002078-5 – 11/03/2014.

Locais Virtuais consultados em 09/04/2014, às 12:02 h:

EF - EXPEDIÇÃO - DIVERSOS

181 documentos, sendo o mais antigo de 26/09/2013, referente processo nº 0001437-83.2009.4.02.5104 (penhora).

EF - EXPEDIÇÃO - PRIORIDADE

25 documentos, sendo o mais antigo de 10/03/2014, referente processo nº 0032213-41.2010.402.5101.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Terezinha de J. P. de Faria

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. –
Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 15/08/2013:

20

03 - segredo
absoluto

09 - segredo do
sistema

08 - segredo de
peças

Na área criminal, o mapa de processos com segredo de justiça extraído do Apolo-Excell em 08/04/14, apresenta 16 (dezesseis) processos penais em um universo de 20 (vinte) processos.

Segundo informações do responsável pelo setor penal, os seguintes processos encontram-se indisponíveis para consulta por estarem com carga:

00029920920074025104,
08031604520114025101,

00013829820104025104,

08122484420104025101,
00035792120134025104,

00019374720124025104,

0036822820134025104 e 00037342420134025104.

Os processos abaixo relacionados foram consultados, tendo sido constatada a presença de determinação judicial de sigilo, de peças, de sistema ou absoluto, conforme o caso, assim como etiqueta na capa dos autos indicando ser o feito objeto de “Segredo de Justiça” e o consequente lançamento no sistema: 00033908220094025104, 00008284720024025104, 00007752720064025104, 00021105720014025104 e 00000960320014025104.

Na área cível, foram analisados os seguinte processos, estavam todos com identificação na capa dos autos e o despacho determinando o segredo respectivo: 00003373520054025104 - fls. 99 – sistema; 00306072319974025104 - fls. 167/169 – sistema.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR - Terezinha de J. P. de Faria e Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de 02/04/2014)

- TOTAL de processos publicados: 2.858
- TOTAL de boletins: 87

MÉDIA PROCESSOS/BOLETINS:

- 32,85 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE DIAS/PUBLICAÇÃO:

- Não informado no relatório do sistema Apolo.

**BOLETINS PENDENTES DE
ENVIO:**

- Zero (Os boletins são enviados para a publicação às terças e sextas feiras)

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

**PROCESSOS COM REMESSA
INTERNA/PRAZO (em 02/04/14)**

Contadoria
03

Distribuição
08

**LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Terezinha de J. P. de Faria**

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

SUSPENSÃO DE PROCESSOS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS:

CIVEIS - 482

CRIMINAIS - 91

EXECUÇÃO FISCAL - 2.098

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Repercussão geral- 144
- Aguardando decisão de instância superior - 92
 - Art. 366, CPP - 13
 - Art. 89, Lei 9.099/95 - 49
 - Cumprimento Precatório/RPV - 61
 - Embargos à execução - 77
 - Art. 40, caput, Lei 6.830/80 - 359 (Executivos Fiscais)
 - Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa) - 3 (EF)
 - Art. 20, Lei 10.522/02- 182 (Executivos Fiscais)
 - Suspenso - art. 40 - Lei 6830 - 386 (Executivos Fiscais)

Suspensos criminais, exceto Lei 9.099:

Foram consultados, do universo de 92 (noventa e dois) processos suspensos pelo motivo “Aguardando decisão de instância superior”, os seguintes processos, todos com etiqueta na capa contendo data do início da suspensão, lançamento no sistema e determinação judicial: 2009.51.04.002902-6, 2010.51.04.002084-6, 2009.51.04.003758-8, 2009.51.04.002903-8, 2009.51.04.003601-8, 2009.51.04.003618-3 e 2010.51.04.002912-0. Foi constatado regular controle da incidência da prescrição penal.

Foram consultados, por amostragem, dois processos suspensos pelo motivo “Parcelamento” previsto na Lei 11.941/09, ambos com etiqueta na capa contendo a data do início da suspensão, lançamento no sistema e determinação judicial: 00011537-04.2010.4.02.5104 e 2006.51.04.000775-3. Foi constatado regular controle da incidência da prescrição penal.

Foram consultados, por amostragem, dois processos e um inquérito suspensos pelo motivo “Parcelamento” previsto na Lei 10.684/03, todos com etiqueta na capa contendo data do início da suspensão, lançamento no sistema e determinação judicial: 2010.51.04.003302-0, 2003.51.04.002939-5 e inquérito 2001.51.04.002110-7. Foi constatado regular controle da incidência da prescrição penal.

Foram consultados, do universo de treze processos suspensos pelo art. 366 do CPP, dez processos suspensos pelo motivo “Art. 366 do CPP”, todos com etiqueta na capa contendo data do início da suspensão, lançamento da suspensão no sistema e determinação judicial: 2010.51.04.0001898-5, 2007.51.04.003021-4, 0001852-61.2012.4.02.5104, 0003522-03.2013.4.02.5104, 2007.51.04.001128-1, 00004309-37.2010.4.02.5104, 2002.51.04.000581-7, 2007.51.04.003577-7, 2008.51.54.002705-1 e 0000298-28.2011.4.02.5104. Foi constada regular controle da incidência da prescrição penal, exceto nos feitos de nº 2007.51.04.001128-1, 00004309-37.2010.4.02.5104, 2002.51.04.000581-7, 2007.51.04.003577-7 e 2008.51.54.002705-1, nos quais, de acordo com informado pelo responsável pelo setor criminal, será objeto de regularização imediata.

Suspensos cíveis, exceto execuções fiscais:

A vara dispõe seus processos físicos do contencioso cível em doze estantes, sendo que a de número doze reúne apenas os feitos suspensos pelo motivo de repercussão geral, assunto poupança. Foram consultados por amostragem cinco processos do referido motivo, todos com determinação judicial nos autos para suspensão e lançamento no sistema, **sem, contudo etiqueta na capa dos autos:** 0004135-96.2008.4.02.5104, 2007.51.04.001892-5, 2009.51.04.003022-3, 2008.51.04.004063-7 e 2007.51.04.001985-1.

Foram consultados, por amostragem, do conjunto de 92 (noventa e dois) cíveis e penais, exceto execução fiscal, oito processos suspensos pelo motivo “Aguarda decisão de instância superior”, todos com determinação judicial nos autos para suspensão e lançamento no sistema, **sem, contudo etiqueta na capa dos autos:** 2007.51.04.003564-9, 2002.51.04.000060-1, 0031230-87.1997.4.02.5104, 2005.51.04.003712-1, 1998.51.04.501651-4, 2005.51.04.004254-2, 0061615-52-1996.4.02.5104 e 0502892-12.1998.4.02.5104.

Foram consultados, por amostragem, do conjunto de 77 (setenta e sete) processos cíveis e penais, exceto execução fiscal, seis processos suspensos pelo motivo “Embargos à execução”, todos com determinação judicial nos autos para suspensão e lançamento no sistema, **sem, contudo etiqueta na capa dos autos:** 2008.51.04.001712-3, 0001314-46.2013.4.02.5104, 2008.51.04.002913-7, 0000479-63.2010.4.02.5104, 2009.51.04.003511-7 e 0002480-50.2012.4.02.5104.

Foram consultados, por amostragem, do conjunto de 100 (cem) processos cíveis e penais, exceto execução fiscal, oito processos suspensos pelo motivo “Outros-fase/processo execução”, todos com determinação judicial nos autos para suspensão e lançamento no sistema, **sem, contudo etiqueta na capa dos autos:** 2009.51.04.000312-8, 2008.51.04.0003170-3, 2007.51.04.001651-5, 0002383-89.2008.4.02.5104, 2005.51.04.003990-7, 2000.5104002815-8, 2008.51.04.001781-0 e 0062021-73.1996.4.02.5104.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Viviane M. Nielsen

Suspensão condicional do processo, art. 89 da Lei nº 9.099/95:

No Relatório de Processos, extraído do sistema Apolo, emitido em 02/04/2014, constava um total de 49 processos suspensos pelo artigo 89, da Lei 9.099/95. Durante a correição, foram examinados 20 processos (ações penais originárias e duas carta de fiscalização do cumprimento das condições de suspensão do processo), que se encontravam distribuídos em 06 escaninhos devidamente nominados. Na ocasião, foi sugerida a colocação, na contracapa dos autos, de etiqueta com o resumo das condições de suspensão estabelecidas em audiência, a fim de facilitar o controle do seu cumprimento.

Com relação às ações penais originárias, destacam-se os seguintes processos, todos em ordem, com a devida comprovação das condições de suspensão estabelecidas e com certidões de controle da prescrição:

2009.51.04.003385-6: autuação em 12/11/2009, crime do artigo 171, § 3º; oferecimento da denúncia em 12/11/2009; recebimento da denúncia em 19/01/2010; audiência em 03/10/2012; início do cumprimento em 07/01/2013; aguardando o 24º mês, para apresentação da certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual, em outubro de 2014;

0003753-69.2009.4.02.5104: autuação em 15/12/2009; oferecimento da denúncia em 15/12/2010; rejeição da denúncia em sentença em 28/04/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 05/06/2012; audiência em 10/07/2013; aguardando cumprimento das condições estabelecidas;

2009.51.04.003541-5: autuação em 01/12/2009; denúncia em 01/12/2009; recebimento da denúncia em 11/03/2010; audiência em 06/09/2012; aguardando término do pagamento do valor devido ao INSS e da apresentação, em setembro de 2014 das certidões de antecedentes criminais da JF e da JE;

0003767-53.2009.4.02.5104: autuação em 15/12/2009; denúncia em 28/10/2010; recebimento da denúncia em 09/11/2010; rejeição da denúncia em sentença em 22/03/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 15/12/2011; audiência em 06/12/2012; aguardando término do cumprimento da prestação pecuniária, comprovado até 02/2014;

2009.51.04.00.3622-5: autuação em 04/12/2009; denúncia em 10/06/2010; recebimento da denúncia em 07/10/2010; rejeição da denúncia em sentença

em 22/03/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 27/03/2007; audiência em 17/04/2013;

0003621-12.2009.4.02.5104: autuação em 20/08/2012; oferecimento da denúncia em 10/06/2010; rejeição da denúncia em sentença em 22/03/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 28/02/2012; audiência em 24/07/2013; aguardando apresentação de certidões de antecedentes criminais em julho/2014 e julho/2015, assim como, do comparecimento trimestral;

0003763-16.2009.4.02.5104: autuação em 15/12/2009; denúncia em 28/10/2010; rejeição da denúncia em sentença em 22/03/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 10/05/2012; audiência em 15/08/2012; aguardando apresentação de certidão de antecedentes criminais, em agosto de 2014, assim como, do comparecimento trimestral;

0000632-62.2011.4.02.5104: autuação em 23/03/2011; denúncia em 16/06/2012; recebimento da denúncia em 28/06/2012; audiência em 19/09/2012; aguardando cumprimento da apresentação trimestral;

Processos que merecem atenção:

2009.51.04.00.3623-7: autuação em 04/12/2009; denúncia em 28/05/2010; recebimento da denúncia em 07/10/2010; sentença rejeitando a denúncia em 22/03/2011; acórdão recebimento da denúncia em 28/02/2012; ausentes as comprovações referentes à prestação de serviços comunitários a partir de mês de janeiro/2013;

0003533-71.2009.4.02.5104: autuação em 01/12/2009; oferecimento da denúncia em 28/05/2010; recebimento da denúncia em 09/11/2010; rejeição da denúncia em sentença em 22/03/2013; acórdão/recebimento da denúncia em 24/07/2013; audiência em 10/07/2013 ausente a comprovação da prestação de serviços comunitários;

0003769-23.2009.4.02.5104: autuação em 15/12/2009; oferecimento da denúncia em 29/03/2010; recebimento da denúncia em 09/11/2010; sentença rejeitando a denúncia em 22/03/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 28/09/2011; audiência em 02/05/2013; aguardando cumprimento da prestação pecuniária, bem como da prestação de serviço comunitário; ausente a comprovação das certidões de antecedentes criminais que deveriam ter sido apresentadas em maio/2013;

2007.51.04.00.0474-4: autuação em 02/03/2007; denúncia em 02/03/2007; recebimento da denúncia em 22/06/2007; audiência em 14/08/2007; aguardando cumprimento integral da prestação pecuniária; ausentes as comprovações referentes às certidões de antecedentes criminais da JE e da JF, a serem apresentadas no 12º e 24º mês;

0003616-87.2009.4.02.5104: autuação em 04/12/2009; denúncia em 10/01/2010; rejeição da denúncia em sentença 28/04/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 03/04/2012; audiência em 22/11/2012; ausentes as comprovações dos pagamentos da prestação pecuniária, a partir do mês de dezembro de 2013;

0000632-47.2011.4.02.5109: autuação em 16/01/2012; denúncia em 02/02/2012; recebimento da denúncia em 03/02/2012; audiência em 25/04/2012; sem movimentação a partir de janeiro/2014; ausentes as comprovações referentes às prestações pecuniárias, desde outubro/2013;

0003537-11.2009.4.02.5104: autuação em 01/12/2009; denúncia em 28/05/2010; recebimento da denúncia em 09/11/2010; sentença rejeitando a denúncia 22/03/2012; acórdão/recebimento da denúncia 14/09/2011; audiência em 22/08/2012; sem movimentação desde março/2013;

0003614-20.2009.4.02.5104: autuação em 04/12/2009; denúncia em 10/01/2010; rejeição da denúncia em sentença em 22/03/2011; recebimento da denúncia em 26/06/2013; ausentes as comprovações seguintes ao 1º depósito, realizado em 11/2013, referente às prestações pecuniárias;

2008.51.04.003244-6: autuação em 29/10/2008; denúncia em 28/10/2008; recebimento da denúncia em 20/06/2011; audiência em 22/11/2012; ausentes as comprovações referentes às prestações de serviços comunitários, desde dezembro de 2012;

2009.51.04.00.3605-5: autuação em 03/12/2009; denúncia em 28/05/2010; sentença rejeitando a denúncia em 22/03/2011; acórdão/recebimento da denúncia em 14/02/2012; audiência em 02/05/2013; ausentes as comprovações das certidões de antecedentes criminais da JE e da JF, referente ao mês de maio/ 2013, assim como, das prestações de serviços comunitários;

Cartas de Fiscalização do cumprimento das condições de suspensão do processo: (juízo deprecante): foram examinadas 02 cartas de fiscalização, constatando-se a ausência de informações do juízo deprecado a respeito do cumprimento das condições estabelecidas. **Sugestão:** expedição de ofícios aos juízos deprecados solicitando informações quanto ao cumprimento das condições estabelecidas:

2007.51.04.00.3229-6: autuação em 11/09/2007; denúncia em 24/03/2006; recebimento da denúncia em 14/06/2007; audiência no juízo deprecado em 22/10/2009; sem movimentação/informação desde 12/12/2013;

2008.51.04.000559-5: autuação em 19/02/2008; denúncia em 10/02/2008; recebimento da denúncia em 17/04/2008; audiência em 23/05/2008; expedição de carta precatória em 26/05/2008; sem movimentação/informação desde agosto de 2008.

Importante destacar que em todos os processos analisados encontrou-se a certidão de controle da prescrição, e o controle de comparecimento obrigatório, que é feito por meio de uma ficha: **Termo de Comparecimento**, na qual estão assinalados todos os comparecimentos previstos, assim como, os 12º e 24º meses, para apresentação das certidões de antecedentes criminais da JE e da JF, o que facilita o controle.

SUSPENSÕES - EXECUÇÕES FISCAIS:

- SUSPENSOS PELO MOTIVO ARTIGO 40 LEI 6.830/80:

Com relação ao artigo 40 da Lei 6.830/80, constatou-se, a partir de informações prestadas pelo supervisor do setor, que inexiste, no sistema atual, a informação quanto à suspensão genérica do artigo 40 da Lei 6.830, mas somente a identificação de suspensões referentes ao caput e ao § 2º do referido artigo. Por outro lado, existe atualmente um número expressivo de suspensões, em razão da Portaria 75 da Fazenda Nacional, que não se encontram informadas nos relatórios estatísticos.

Os processos físicos suspensos, segundo informações extraídas do mapa estatístico do sistema Apolo, totalizam 566 feitos; eles se encontram localizados

em caixas identificadas, em razão do ano da prescrição, sendo as mais antigas as datadas de 2008 (04). Na correição, foram vistos, por amostragem, processos em todas as caixas (de 2008 até 2012), encontrando-se todos com decisão determinando a suspensão e etiqueta de suspensão no sistema Apolo: Caixa 1/2008: 2006.51.04.000288-3; 2003.51.04.002389-7; 96.0059200-4; Caixa 1/2009: 2006.51.04.002302-3; 2005.51.04.002382-1; 2008.51.04.000212-0; Caixa 1/2010: 99.04.03.475-3; 99.0401321-7; 2004.51.04.002375-0; Caixa 1/2011: 2008.51.04.003772-9; 98.0505348-8; 99.04.02007-8; 98.05.05390-3; Caixa 1/2012: 2003.51.04.001328-4; 98.05.03669-3; 2003.51.04.00.1046-5; 2007.51.04.003701-4.

Os processos virtuais suspensos totalizam 1.065 feitos, sendo, em sua grande maioria, referentes ao parcelamento.

- SUSPENSOS PELO MOTIVO ARTIGO 20 DA LEI 10.522/2002:

Existem na Vara correicionada um total de 182 processos suspensos, em razão do artigo 20, da Lei 10.522/2002.

Os processos físicos totalizam 173 feitos, encontrando-se acondicionados em caixas, a partir de 2008 até 2012, aguardando o prazo de prescrição, após o qual são extintos por sentença. Neste sentido, sugere-se seja feita a revisão na caixa 05/2008.

Os processos eletrônicos somam 09 feitos, tendo sido vistos, por amostragem os seguintes: 0002375-25.2002.4.02.5104 e 0069979-13.1996.4.02.5104, todos com certidão de suspensão no sistema.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

No setor de apoio aos gabinetes, encontram-se localizados os processos físicos conclusos para sentença e conclusos para decisão, separados por assunto: penais; embargos à execução; contencioso previdenciário e metas do CNJ. Com relação aos processos virtuais, foram encontrados no balcão de entrada, em 10/03, 33 processos aguardando ser localizados, após triagem inicial. Na mesma data, foram localizados os seguintes feitos virtuais, já classificados: aguardando decisão: 42; saneador: 88; sentença de mérito: 260; prioridade sentenças: 05. Existe na Vara, um total de 350 processos conclusos para sentença (físicos e virtuais), segundo o Relatório de Processos Conclusos, extraído do sistema Apolo, em 10/04/2014, às 12:41.

Importante destacar o estabelecimento de metas específicas quanto aos processos conclusos para sentença, ou seja: a) julgar até 19/06/2014 todos os processos conclusos para sentença em 2012 (cerca de 12); b) terminar 2014 cumprindo as metas do CNJ.

Há uma sistemática estabelecida no setor de apoio, no sentido de julgar, sempre, no mês, mais 10 processos, do que o número deles que entraram conclusos para sentença, cuidando-se, prioritariamente, dos mais antigos.

Encontramos na mesa do Juiz Titular 29 minutas de sentenças para análise e assinatura, no mês de abril.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Preferências legais)

Além do tratamento específico dispensado para os feitos com prioridade legal ou de Meta/CNJ, a análise dos feitos conclusos é realizada através de uma triagem prévia apta a identificar os processos por matéria e por tipo de sentença. Aqueles cuja matéria seja objeto de padrão ou as meramente terminativas são sentenciados no mesmo mês. Os demais são julgados pela ordem cronológica de conclusão e por matéria/assunto.

LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Não há separação nos escaninhos entre processos pares e ímpares, à medida que os processos são analisados é que feita tal separação. Os processos estão organizados em escaninhos destinados a processos Penais, Embargos, Metas e Prioridades. Atualmente estão sendo analisados prioritariamente os processo de Metas.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Viviane M. Nielsen e Terezinha de J. P. de Faria

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO (Outubro a abril/2014)



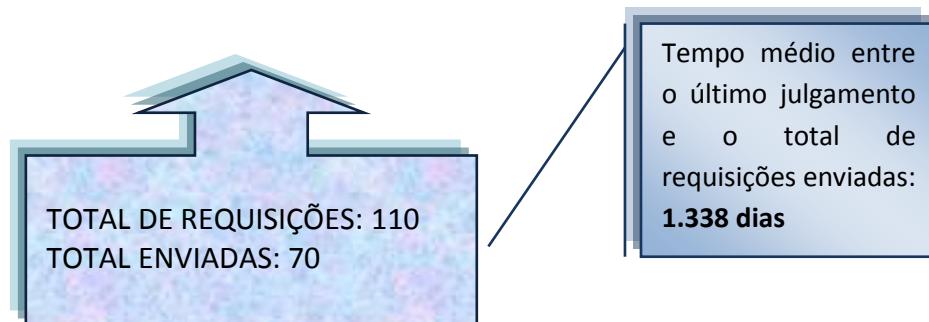
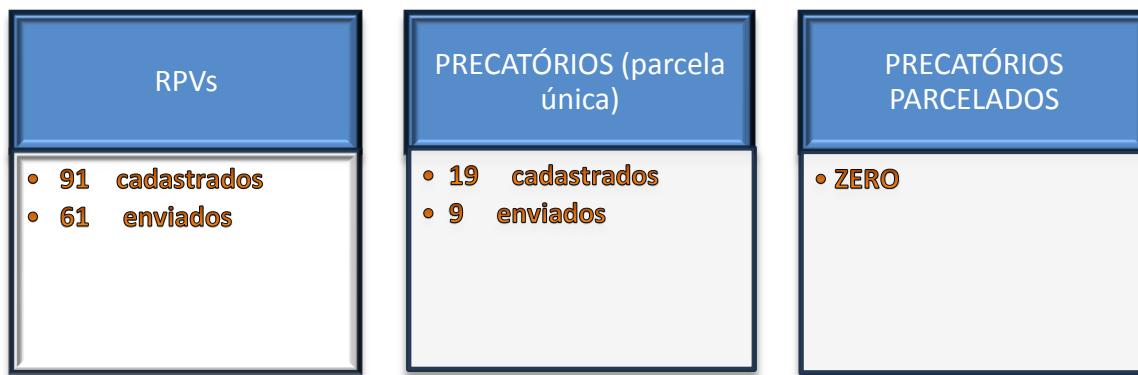
Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.



Por ocasião da correição existiam na Vara 62 processos suspensos, aguardando pagamento de requisitórios -TRF: 18 processos eletrônicos, o mais antigo com data de 12/03/2013 e 44 físicos.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).



LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

GRANDES DÉBITOS

(Artigos 272 e 273 da CNCR)

Conforme informado no questionário de autoinspeção: Há identificadores cadastrados e mesas eletrônicas destinadas aos Grandes Devedores e identificação/localização específica para os processos físicos.

Os grandes devedores: há 76 processos eletrônicos, devidamente identificados no sistema Apolo, a partir de relação encaminhada pela Fazenda Nacional, assim como determinações do juízo, com relação aos devedores de valores acima de um milhão de reais. Segundo informado, esses feitos têm prioridade na tramitação. Em 09/04, às 12:40 horas, encontravam-se conclusos 05 processos com essa identificação, sendo que, em um deles, será declinada a competência para Barra Mansa, com base em decisão do STJ: REsp 1.146.194/SC, sob o regime do artigo 543C.

Tendo em vista o controle desses processos foi elaborada uma planilha relacionando os 08 devedores indicados pelo Procurador Chefe da Fazenda Nacional de Volta Redonda, assinalando os processos referentes a cada um deles, em tramitação na Vara (tabela em anexo), que totaliza 31 execuções fiscais desses grandes devedores, sendo 12 processos físicos (suspensos) e 19 virtuais. Os processos físicos encontram-se identificados com etiqueta nominada grandes dores e tarja azul na lombada, como por exemplo, o processo: 2006.51.04.000919-1.

Além desses processos indicados pela Fazenda Nacional, há 71 execuções fiscais virtuais, referentes aos grandes devedores, ou seja, com débitos acima de um milhão de reais, todos devidamente identificados.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e SJRJ Intranet – Apolo - NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Processos – Grandes Devedores da Fazenda.

PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)

Com referência ao Bacen-Jud, encontramos, na correição, em 09/04 às 15:30 horas, 06 minutias de desdobramento de valores (transfere ou desbloqueia), para protocolamento, na mesa dos Juízes: 05 do Titular e 01 do Substituto. A sistemática de utilização desse sistema compreende: a decisão de bloqueio; o cadastramento para os Juízes assinarem; a espera de 48 horas para impugnações; a juntada ao processo das minutias.

LEILÕES (Artigos 270 a 290 da CNCR)

Os Leilões são realizados, periodicamente, na Vara. O último ocorreu nos dias 13 e 27 de novembro/2013, incluindo 60 processos, sendo 51 virtuais e 09 físicos.

Na correição, em 09/04, às 15 horas e 46 min., encontramos 31 processos aguardando designação de datas, a fim de serem incluídos no próximo leilão, sendo 05 físicos e 26 eletrônicos. Oportuno ressaltar que os leilões são realizados pelas 03 Varas (leilão unificado). O último realizado ocorreu na Associação Comercial Industrial e Agropastoril.

CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

O cadastramento de bens constritos é feito pelo setor de execuções fiscais da Vara, existindo, atualmente, no Relatório de Bens Penhorados, 40 bens, com datas de penhora desde o ano de 2000 até janeiro de 2014, sem qualquer ordem cronológica.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Os Livros e Pastas obrigatórios, nos termos do artigo 147, da Consolidação de Normas da Corregedoria, foram examinados, constatando-se, em todos que estão em uso, os Termos de Abertura e seu fiel preenchimento, observando-se, todavia, a ausência do preenchimento dos Termos de Encerramento, que é feito, quando do término da utilização do mesmo. Foram vistos:

- . O Livro de Ponto dos Servidores/2014 e o Livro de Ponto/2013, com os Termos de Abertura e Encerramento devidamente preenchidos.
- . O Livro de carga de autos a advogados e peritos: foram encontradas cargas em aberto (fls.55 e 55v; 57 e 57v; 60v; 61; 63; 64v; 65; 66v; 67; 68v; 69; 70v; 71 e 72). De pronto, foram cobradas as devoluções dos processos pela Diretora da Secretaria.
- . Pasta de guias de remessa ao contador(desde 2011);
- . Pasta de Guias de remessa de autos à distribuição (de 2011 até 2013);
- . Pasta de guias de remessa à contadaria/distribuição/2014;
- . Pasta de carga da execução fiscal/2011 até 2013;
- . Pasta de carga da execução fiscal/2014 (Fazenda Nacional e CEF);
- . Livro de Tombo/2014;
- . Pasta de carga geral/2013;
- . Pasta de entrega de autos sem traslado;
- . Pasta de carga ao MPF/Cível;
- . Pasta de entrega de autos ao MPF/Criminal;
- . Pasta de carga geral/2014 (CEF/INSS/AGU/FN/Defensoria Pública);

- . Pasta de atos do plantão (inexiste, em razão de a Vara não estar incluída no rodízio do Plantão);
- . Livro de Termos de Fiança; aberto em 30/05/2001, sem qualquer utilização;
- . Livro do rol de culpados, inexiste;
- . Livro de reclamações, disponível no balcão da Vara, contendo uma única anotação em 05/12/2000;
- . Pasta de suspensão condicional da pena e do processo, inexistente. Foi sugerida a sua criação, tendo em vista não só a obrigatoriedade, mas a facilitação do controle da suspensão. Em seu lugar, há no Gabinete, uma pasta aberta em 2002, contendo as cópias das Assentadas, nas quais foram estabelecidas as condições de suspensão condicional do processo e da pena.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

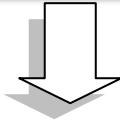
O espaço físico no qual está instalada a 3^ª Vara é muito bem dividido, espaçoso e com boa luminosidade. Ele ocupa o 2º andar do prédio, onde estão distribuídos: os gabinetes dos Juízes Titular e Substituto, a sala de apoio aos gabinetes, a sala de audiências e a secretaria. Os gabinetes são amplos, com sanitários e uma pequena copa.

A sala de audiências contém longarinas e sanitários, sendo bastante ampla.

O espaço da secretaria acolhe os diversos setores da Vara (criminal/contencioso/execução fiscal); é amplo, permitindo a boa circulação dos servidores; possui, duas entradas independentes, sendo que, na primeira, encontra-se o balcão de atendimento às partes e procuradores, próximo ao qual estão disponibilizados em um armário os processos publicados aguardando vistas das partes, cujos escaninhos estão devidamente nominados. Há dois sanitários (feminino e masculino) que atendem aos funcionários, assim como uma pequena copa.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO



Metas para os próximos três meses:

- 1- Redução da conclusão para sentença mais antiga para JAN/2013;
- 2- Redução do acervo da Vara em 5%;
- 3- Redução do quantitativo de processos parados há mais de 180 dias em 10%;

Metas para os próximos seis meses:

- 1 – Redução da conclusão para sentença mais antiga para MAI/2013;
- 2 – Redução do acervo da Vara em 10%;
- 3 – Redução do quantitativo de processos parados há mais de 180 dias em 15%;

Metas para 1 ano:

- 1 – Redução da conclusão para sentença mais antiga para FEV/2014;
- 2 – Redução do acervo da Vara em 15%;
- 3 - Redução do quantitativo de processos parados há mais de 180 dias em 20%.

Destaque-se a boa acolhida por parte dos Exmos. Juízes, da Diretora de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

RELATÓRIO
ELABORADO POR

Astrid Person de Mattos Villas-Bôas
Mat. 11.820

Terezinha de J. P. de Faria
Mat. 15.447

Viviane M. Nielsen
Mat. 15.773